




PARA ALÉM DO GÊNERO:

DECOLONIALIDADE E ESPACIALIDADE INTERPESSOAL NA TEORIA DE BETTCHER

Lu Immich¹

 <https://orcid.org/0009-0002-3735-362X>

 <https://doi.org/10.33871/27639657.2026.6.1.11909>

RESUMO: Na obra *Beyond Personhood*, Talia Mae Bettcher adota o pluralismo ontológico e a crítica decolonial de Lugones para desenvolver sua teoria da espacialidade interpessoal. Bettcher advoga a eliminação do sistema moderno colonial de gênero, que moldou as noções de sexo, gênero, pessoa, sujeito e *self*. Para Bettcher esse sistema é incapaz de explicar a opressão e *phoria* trans, colaborando assim com a perpetuação da violência a pessoas trans. Frente a esse problema, sua obra propõe uma compreensão de relações interpessoais centrada em sistemas de fronteiras que regulam as relações de proximidade, distância e intimidade. Essa compreensão denominada espacialidade interpessoal, substitui a noção de pessoa fundada na modernidade, por objetos interpessoais, que por sua vez são inerentemente relacionais e construídos por fronteiras de acesso manifestas através da auto apresentação. Ao priorizar o aspecto relacional da experiência social, esta teoria revela como a violação sistemática das fronteiras de acesso estrutura a opressão trans.

Palavras chave: Filosofia Trans; Opressão; Gênero; Ontologia social; Metafísica.

BEYOND GENDER:

DECOLONIALITY AND INTERPERSONAL SPATIALITY IN BETTCHER'S THEORY

Abstract: In the work *Beyond Personhood*, Talia Mae Bettcher adopts ontological pluralism and Lugones's decolonial critique to develop her theory of interpersonal spatiality. Bettcher advocates for the elimination of the modern/colonial gender system, which has shaped the notions of sex, gender, personhood, subject, and self. For Bettcher, this system is incapable of accounting for trans oppression and *phoria*, thereby contributing to the perpetuation of violence against trans people. In response to this problem, her work proposes an understanding of interpersonal relations centered on systems of boundaries that regulate relations of proximity, distance, and intimacy. This understanding, termed interpersonal spatiality, replaces the modernity-founded notion of personhood with interpersonal objects, which are, in turn, inherently relational and constructed by boundaries of access manifested through self-presentation. By prioritizing the relational aspect of social experience, this theory reveals how the systematic violation of boundaries of access structures trans oppression.

Keywords: Trans philosophy; Oppression; Gender; Social ontology; Metaphysics.

¹ Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: lu.immich@gmail.com



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



INTRODUÇÃO

O presente texto consiste em uma reconstrução argumentativa da teoria de espacialidade interpessoal da filósofa Talia Mae Bettcher, presente em sua mais nova obra *Beyond Personhood* (2025). Nesta obra, Bettcher dá seguimento ao trabalho desenvolvido em sua produção prévia ao abordar a situação social opressiva característica da vivência trans em contextos regidos pela “atitude natural” de gênero². No entanto, diferentemente de sua produção anterior, que é eminentemente crítica, esta obra é caracterizada pelo desenvolvimento de um sistema ontológico radicalmente distinto dos demais participantes do debate ontológico feminista como, por exemplo, os sistemas de Haslanger e Åsta³.

Este distanciamento das demais posições do debate se deve ao comprometimento irremediável de Bettcher com a compreensão da opressão sofrida pela população trans e suas especificidades. A autora argumenta que as ontologias de gênero atualmente em debate, caudatárias da modernidade, são insuficientes para abarcar adequadamente a complexidade da *phoria* trans e as opressões específicas enfrentadas por essa população. Dessa forma, ela justifica a necessidade de uma nova perspectiva teórica.

Para contemplar adequadamente a opressão trans, a autora vincula-se à tradição decolonial, rejeitando ativamente as concepções modernas de sexo/gênero e de pessoa. Em relação a sexo/gênero, a crítica de Maria Lugones (2007) postula que gênero, por si só, representa uma imposição europeia colonial e violenta. Logo, este sistema não é universalmente aplicável. Com relação à rejeição do conceito de pessoa, Bettcher argumenta que essa noção é, muitas vezes, vinculada a objetivos pífidos. Dentre tais objetivos, destaca-se o de John Locke, que conceitua pessoa de modo a permitir o batismo de indivíduos racializados enquanto lhes nega o direito ao tratamento igualitário (BETTCHER, 2025, p.209). Posto isso, Bettcher caracteriza esse sistema conceitual como intratável, impedindo que propostas de reformulação conceitual, como a realizada por parte da engenharia conceitual e

² Essa atitude consiste, a grosso modo, em uma derivação direta do gênero da genitália. Para mais detalhes, consulte o artigo "A emergência do problema da inclusão trans na metafísica feminista contemporânea", a ser publicado na revista Intuitio.

³ Para mais detalhes, consulte o artigo citado na nota de rodapé anterior.



pelas análises de semelhança-de-família, alcancem uma compreensão adequada da opressão e *phoria* trans.

Ao negar o objetivo da engenharia conceitual, Bettcher (2025, p.8) caracteriza seu trabalho como a elaboração de uma “caixa de ideias filosóficas”⁴ derivadas de sua experiência nas comunidades trans de Los Angeles das décadas de 1994 a 2022 (BETTCHER, 2025, p. 7). Para Bettcher (2018), isso é fazer filosofia trans, isto é, refletir e problematizar conceitos e teorias como uma forma de resistência à opressão trans. Bettcher (2018) afirma que, por muito tempo, problemas relativos à população trans foram entendidos pela filosofia enquanto meros impasses teóricos e, por isso, fazer filosofia trans é resistir ativamente a esse processo e instaurar humanidade para os “exemplos” da filosofia.

Bettcher, então, propõe um esquema explicativo expansivo que explica adequadamente a opressão e a *phoria* trans. Esta teoria é chamada de “espacialidade interpessoal”, isto é, a capacidade das relações entre “pessoas” de admitir proximidade e distância em encontros discursivos e sensoriais. Os participantes desse sistema são denominados como objetos interpessoais, que, por sua vez, submetem e são submetidos a limites de acesso. Diferente de objetos não-pessoais, como, por exemplo, uma mesa, objetos interpessoais possuem uma identidade interpessoal, que os posiciona diferentemente no mundo, como, por exemplo, uma pessoa⁵. A identidade interpessoal permite que esse objeto negocie sua posição no mundo através de gestos específicos, tornando-se assim vulnerável ou vulnerabilizando outros objetos do mesmo tipo.

O presente artigo se dividirá em dois momentos. Inicialmente, a concepção de gênero enquanto um sistema colonial moderno proposta por Lugones (2007) será reconstruída para compreender melhor a proposta teórica de Bettcher. Em seguida, com essas bases, apresentarei a teoria de espacialidade interpessoal, visando reconstruir seus principais argumentos acerca da opressão e *phoria* trans. Por fim, irei tensionar o trabalho de Bettcher

⁴ Box of philosophical ideas

⁵ O termo objetos interpessoais é adotado por Bettcher para tensionar a objetificação de pessoas trans em trabalhos filosóficos produzidos por pessoas cis. Mais detalhes podem ser encontrados em seu artigo *When Tables Speak: On the Existence of Trans Philosophy* (2025).



em relação ao trabalho de Haslanger, com o objetivo de evidenciar suas diferenças e, conseqüentemente, suas especificidades.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. As traduções das citações em língua inglesa são de autoria própria e, para fins de transparência, os trechos originais acompanham a tradução em nota.

1. ESTABELECENDO BASES DECOLONIAIS

A obra de Bettcher, como exposto na introdução, constrói um sistema ontológico a partir de fundamentos decoloniais, dando destaque ao pluralismo ontológico decolonial proposto por Lugones (2003, 2007). No artigo *Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System* (2007), Lugones demonstra que o heterossexualismo não é apenas uma prática normativa, mas a imposição de um sistema violento e perverso, originado pela intersecção de dois sistemas de poder, o sistema de poder colonial e a fusão dos sistemas de gênero, raça e sexualidade. Ao conceituar gênero dentro do contexto histórico colonialista, Lugones torna possível observar “[...] muitos gêneros e o próprio gênero como um conceito colonial e um modo de organização das relações de produção, relações de propriedade, cosmologias e formas de conhecimento” (LUGONES, 2007, p.187)⁶. Deste modo, a autora evidencia a emergência das práticas de gênero dimórficas moderno/europeias que, por sua vez, alteram profundamente a organização social em vigor.

Para tanto, Lugones adota como base a compreensão de colonialidade do poder proposta por Aníbal Quijano (2001, 2014). De acordo com Quijano, devemos compreender os conflitos e a organização da dinâmica do poder do “sistema global capitalista eurocentrado” através de dois eixos fundamentais, a colonialidade do poder e a modernidade. A colonialidade do poder é entendida como a “classificação social da população mundial por

⁶ “[...] many genders and gender itself as a colonial concept and mode of organization of relations of production, property relations, of cosmologies and ways of knowing”



meio da ideia de raça” (QUIJANO, 2014, p. 777)⁷, a modernidade, por sua vez, é compreendida como “a fusão das experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, criando um universo específico de relações de intersubjetividade dentro da hegemonia eurocentrada” (QUIJANO, 2014, p. 286)⁸. A interação entre esses dois eixos estrutura as relações de dominação, exploração e conflito de todas áreas da existência humana (sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade).

No entanto, Lugones argumenta que Quijano permanece com um conceito muito restrito de gênero como área da existência humana. Quijano

[...] restringe o gênero à organização do sexo, seus recursos e produtos e parece pressupor quem controla o acesso e quem se torna constituído como recurso. Quijano parece ter como certo que a disputa pelo controle do sexo é uma disputa entre homens, sobre o controle masculino de recursos que são considerados femininos. Os homens não parecem ser entendidos como os recursos nos encontros sexuais. Não se acredita que as mulheres estejam disputando o controle do acesso sexual. As diferenças são pensadas em termos de como a sociedade lê a biologia reprodutiva. (LUGONES, 2007, p. 194)⁹

Através da investigação de sociedades pré-coloniais, Lugones reformula a colonialidade do poder de Quijano de modo a incluir a co-constituição entre gênero, raça, sexualidade e colonialidade. Para Lugones (2007, p.196) o sistema colonial/moderno de gênero se manifesta em dois lados: o lado “claro”, destinado a categorizar e organizar a agência do colonizador, e o lado “escuro”, destinado a desumanizar e dominar o colonizado.

Posto isso, Lugones introduz o conceito de “mundos” para articular seu posicionamento, compreendendo-os como realidades sociais vividas, heterogêneas, construídas intersubjetivamente em contestação constante (LUGONES, 2003, s.p.). A

⁷ “[...] es la clasificación social de la población mundial sobre la idea de raza [...]”

⁸ “[...] fundiendo las experiencias del colonialismo y de la colonialidad con las necesidades del capitalismo, se fueron configurando como un nuevo universo de relaciones intersubjetivas de dominación bajo la hegemonía eurocentrada.”

⁹ “[...] restricts gender to the organization of sex, its resources, and products and he seems to make a presupposition as to who controls access and who become constituted as resources. Quijano appears to take for granted that the dispute over control of sex is a dispute among men, about men’s control of resources which are thought to be female. Men do not seem understood as the resources in sexual encounters. Women are not thought to be disputing for control over sexual access. The differences are thought of in terms of how society reads reproductive biology.”



distinção entre esses mundos reside na constituição das pessoas, assim estar em um mundo diferente implica ser uma pessoa diferente nesse mundo. Deste modo um indivíduo pode ser considerado “mulher” em um mundo e “não mulher” em outro, ser “não-binária” em mundos submundos¹⁰ e “homem” ou “mulher” em mundos dominantes¹¹ (BETTCHER, 2025, p. 63).

Para Lugones, o pluralismo ontológico é central para a resistência, pois ele permite a formação de intenções e ações liberatórias que, de outro modo, seriam ininteligíveis ou banais em mundos dominantes. Tendo o combate a opressão como objetivo central, Bettcher, seguindo Lugones, propõe que

abandonemos a visão de que as pessoas trans e não-binárias são quem dizemos que somos, ponto final, em favor de uma visão que nos considera corretos em um mundo e incorretos em outro. Além disso, isso requer o abandono da visão de que a validade das identidades trans é garantida por uma prioridade ontológica da identidade em submundos sobre mundos dominantes (BETTCHER, 2025, p.65)¹².

Por fim, além da rejeição do sistema de gênero, Bettcher também rejeita as noções modernas de sujeito, *self* e pessoa. De acordo com Quijano (2001, 2014), a noção de modernidade foi estabelecida como uma forma específica de conhecimento eurocêntrico em concordância com as necessidades cognitivas do capitalismo, denominada de racionalidade (BETTCHER, 2025, p. 177; LUGONES, 2007, p. 192). Essa forma de conhecimento, por sua vez, passa a ser adotada enquanto parâmetro para mensurar de modo linear e unidirecional da espécie humana em etapas de desenvolvimento. Assim, o mundo foi dividido entre primitivos e europeus.

Para além desta divisão social, as capacidades cognitivas relativas à racionalidade foram tomadas por teorias coloniais, como, por exemplo, a de Locke, enquanto necessárias para determinado indivíduo ser considerado uma pessoa. Deste modo, indivíduos racializados passaram a integrar uma posição social paradoxal: embora morfologicamente humanos, não

¹⁰ underworlds

¹¹ overworlds

¹² “[...] we abandon the view that trans and nonbinary folk are who we say we are, period, in favor of one that has us correct in one world while incorrect in another. Moreover, it requires abandoning the view that the validity of trans identities is secured by an ontological priority of the resistant one over the dominant ones”.



figuravam enquanto instâncias de pessoa devido às capacidades cognitivas “inferiores” (BETTCHER, 2025, p.240). Esta posição paradoxal não ocorre por acaso. Ela permitiu que Locke resolvesse um impasse teórico sem prejudicar seus interesses individuais. Bettcher aponta que posicionar indivíduos racializados deste modo permitiu simultaneamente o batismo dos mesmos e sua sujeição à escravidão. Deste modo, Locke agradou os interesses da expansão capitalista e religiosa, ao mesmo tempo em que defendeu seus investimentos financeiros em empresas escravocratas (BETTCHER, 2025, p.209). Bettcher adota a abordagem de Locke como exemplo paradigmático deste tipo de teoria devido a sua influência na modernidade no pensamento colonialista.

2. A TEORIA DA ESPACIALIDADE INTERPESSOAL

A principal motivação para Bettcher adotar o pluralismo ontológico desenvolvido por Lugones encontra-se na capacidade desta abordagem para demonstrar que a opressão não surge de alguns atos mal intencionados, mas sim de um mundo de sentido que continuamente oprime a população trans. Bettcher entende opressão como “práticas organizadas de violência e dominação - estupro, por exemplo. Analiso instâncias de formas de abuso e violência, agrupando-as em termos de semelhança estrutural.”(BETTCHER, 2025, p. 15)¹³ Ao priorizar uma abordagem estrutural, a autora evita utilizar termos gerais para identificar indivíduos em grupos baseados em similaridade, assim, sua abordagem é centrada nas estruturas da vivência social e não na formalização linguística que advém dela.

Deste modo, Bettcher argumenta “que o próprio tecido da sociedade, sua ontologia social, pode ser opressiva” (BETTCHER, 2025, p.66)¹⁴. Posto isso, a validade de identidades trans não deve ser baseada em uma definição universal, mas sim em práticas discursivas e extradiscursivas de sistemas de espacialidade interpessoais alternativos ao sistema dominante. Nesses submundos, a identidade de um indivíduo trans está “correta”, enquanto

¹³ “[...] organized practices of violence and domination—rape, for instance. I analyze instances of forms of abuse and violence, grouping them together in terms of structural similitude.”

¹⁴ “[...] that the very fabric of sociality, its social ontology, can be oppressive”.



em mundos dominantes, essa mesma identidade é tomada enquanto “incorreta”, refletindo assim a natureza abusiva do sistema dominante comumente denominado como “atitude natural”. Bettcher defende que, ao reconhecer o caráter contingente da aplicação deste tipo de categoria é possível compreender

a ontologia que invalida as pessoas trans como algo dado por um mundo opressivo e, mais especificamente, por um sistema abusivo de espacialidade interpessoal. Além disso, considero a opressão das pessoas trans como uma característica de um sistema abusivo mais amplo - um sistema que também é abusivo do ponto de vista sexista, sexual e racista. Embora uma mulher trans possa não ser considerada uma mulher em um mundo superior, o consolo é que há boas razões para não querer ser esse tipo de coisa no mundo superior. Afinal de contas, isso envolveria concordar com a opressão, perpetuá-la ou, provavelmente, ambas. Quem iria querer isso? (BETTCHER, 2025, p.66)¹⁵

Ao adotar o pluralismo ontológico de Lugones, Bettcher demonstra a existência de uma lacuna nessa compreensão. Embora Lugones acentue a agência e os perfis psicológicos, o que ela não detalha é o agente que possui esses perfis ou que se manifesta para realizar tais ações. Deste modo, observa-se a ausência de uma explicação robusta acerca da manifestação e da constância do agente em diferentes mundos de sentido (BETTCHER, 2025, p. 82). Ao centrar-se em “objetos interpessoais”, Bettcher desloca a noção de pessoa e sujeito para a de objeto percebido. Tal mudança evidencia o agente ao mesmo tempo que permite uma explicação adequada da opressão e *phoria trans*.

Para Bettcher, um objeto interpessoal é definido por sua percepção mediada por fronteiras de acesso sensorial e discursivo. Diferentemente de objetos não-pessoais, como uma mesa, que não são sujeitos a tais fronteiras, objetos interpessoais mantêm relações mútuas em um sistema de espacialidade interpessoal por meio da auto-apresentação¹⁶. A auto-apresentação é um dentre outros gestos íntimos, que um objeto interpessoal revela sua

¹⁵ “[...] the ontology that invalidates trans people as given by an oppressive world and, more specifically, by an abusive system of interpersonal spatiality. Further, I regard the oppression of trans people as a feature of a more broadly abusive system— one that is likewise sexistly, sexually, and racistly abusive. While a trans woman may not count as a woman in an overworld, the consolation is that there are good reasons for not wanting to be that sort of thing in the overworld anyway. After all, it would involve acquiescing to oppression, perpetuating it, or likely both. Who would want that?”

¹⁶ self-display.



intenção íntima, transpondo fronteiras e tornando-se vulnerável ao outro. De acordo com Bettcher,

a auto-apresentação pessoal é fundamental, pois está ligada à natureza do objeto interpessoal como um ser limitado de uma forma que outros gestos íntimos não estão. Por exemplo, o próprio erro de violar os limites de um objeto deriva do fato de que minar esses limites enfraquece a capacidade de um objeto de se envolver em auto-apresentação e, portanto, a capacidade de se revelar como um agente e, portanto, de se envolver em qualquer gesto de intimidade intrínseca. (BETTCHER, 2025, p. 46)¹⁷

Nesta teoria, a agência emerge na relação entre objetos interpessoais na medida em que um objeto é capaz de auto-apresentação dentro de um sistema de fronteiras interpessoais. Posto isso, ao negar o direito à auto-apresentação, conseqüentemente a agência social está sendo posta em xeque. Ao complementar a agência, a identidade nesta teoria é um efeito de relações sociais dadas em um sistema de espacialidade interpessoal, e não uma essência preexistente. Deste modo,

a imputação de uma identidade interpessoal é uma característica constitutiva das práticas específicas de um sistema de espacialidade interpessoal. Ao observar, atravessar ou transgredir os limites de um objeto interpessoal, nós necessariamente imputamos sua identidade. Ou seja, a identidade é imputada por meio das práticas de acesso sensorial. Portanto, devemos ter cuidado para não considerar o “quem” como algo anterior a essas práticas, como algo independente delas. O “quem” nada mais é do que uma característica das práticas ou, se preferir, um efeito delas. (BETTCHER, 2025, p.56)¹⁸

Essa abordagem radicalmente relacional de Bettcher exige o abandono dos conceitos modernos ocidentais de pessoa, self e sujeito, que a autora considera falsos e abusivos em suas premissas. Bettcher argumenta que esses conceitos estão historicamente enraizados no

¹⁷ “Self-display is fundamental in that it is linked to the nature of the interpersonal object as a bounded being in a way that other intimate gestures are not. For instance, the very wrongness of violating an object’s boundary derives from the fact that undermining it undermines an object’s capacity to engage in self-display, and therefore the capacity to reveal itself as an agent, and therefore to engage in any gesture of intrinsic intimacy.”

¹⁸ “The imputation of an interpersonal identity is a constitutive feature of the specific practices of interpersonal spatiality. In observing, traversing, or transgressing the boundaries of an interpersonal object, we necessarily impute the identity. That is, the identity is imputed through the practices of sensory access. We must therefore be careful not to take the “who” as somehow prior to these practices, as some-how independent from them. The “who” is nothing more than a feature of the practices or, if you will, an effect of them.”



contexto da expansão colonial europeia e na ideia ficcional de raça, tendo como função central naturalizar a opressão e a desumanização (BETTCHER, 2025, p.3). Ao priorizar a consciência de si como objeto para o outro, Bettcher inverte a lógica filosófica tradicional, situando a relacionalidade como algo anterior ao próprio indivíduo.

Assim sendo, a “caixa de ideias filosóficas” que compõem esta obra permite compreender interações sociais não como uma relação entre sujeitos isolados, mas como um complexo sistema de negociação de proximidade e distância. Esse sistema é denominado espacialidade interpessoal, por meio dele, Bettcher explica as variadas relações relativas a mundos de sentido diversos, tornando assim possível explicar por que uma violação de fronteira em um sistema pode não ser em outro.

Em contraposição ao contextualismo semântico, que carece de uma perspectiva crítica sobre abusos, Bettcher adota a intimidade e distância enquanto meio de mensurar relações. Desse modo, torna-se possível caracterizar sistemas interpessoais como abusivos, caso eles violem sistematicamente a intimidade de determinados objetos interpessoais.

No que se refere à opressão trans, a espacialidade interpessoal torna possível identificar como mundos dominantes consistem em um sistema de espacialidade interpessoal que media a existência trans por meio da imposição de realidade¹⁹. Este mecanismo de imposição pressupõe a nudez enquanto natural e verdadeira, o que por sua vez reduz pessoas trans a mero faz-de-conta de gênero²⁰. Em outras palavras, a “atitude natural” impõe um sistema de relações de gênero baseadas na ideia ficcional de uma nudez pré-cultural, que, por sua vez, é averiguada por meio da verificação genital. Tal ato de verificação constitui uma relação interpessoal abusiva, pois pressupõe a observação da genitália para compreensão de gênero através da invasão de fronteiras de intimidade. Bettcher entende a nudez enquanto

um estado que se supõe ser natural e livre de intervenção cultural. Pelo contrário, defendo que a nudez é um fenômeno sociomoral. E ao afirmar isso, para ser clara, não quero dizer apenas que um corpo nu pode ter diferentes significados culturais atribuídos à sua nudez. Em vez disso, a própria nudez é um fenômeno cultural e moral. Sem o conceito de vestimenta, não poderia haver conceito de nudez. Sem o

¹⁹ reality enforcement.

²⁰ gender make-believe.



fenômeno social de estar vestido, não poderia haver o fenômeno social correspondente de estar nu. (BETTCHER, 2025, p.90)²¹

Ao analisar a naturalização da ideia de nudez veiculada em mundos dominantes, Bettcher (2025, p.18) observa que, caso aceitemos essa compreensão, indivíduos trans são postos em uma dupla restrição²² que os constrange e limita. Por um lado, podem ser considerados enganadores, por outro, podem ser tomados enquanto mero faz-de-conta. Ao serem entendidos deste modo, sua existência é desconectada das redes de intimidade e reconhecimento social convencionalmente aceitas, relegando-os assim a um estado de irreidade social. A veiculação dessa narrativa é uma forma de imposição de realidade, na qual a aparência pública de uma pessoa trans é entendida como uma representação falsa, perpetuando a ficção de um corpo nu verdadeiro e pré-cultural²³.

Embora, à primeira vista, certas interações sociais aparentam ser cooperativas, Bettcher (2025, p.20-21) demonstra como “fingir que se acredita”²⁴ perpetua a opressão trans ao mascarar a violência subjacente. Essa aparente cooperação não permanece ao fronteiras de intimidade serem cruzadas. Como pode ser visto a seguir na análise de três casos.

O medo de se relacionar com o “sexo errado” demonstra a fragilidade e superficialidade da cooperação aludida acima. Por exemplo, um homem cis pode tratar uma mulher trans como mulher em contextos sociais cotidianos, mas recusar-se a desenvolver intimidade sexual devido a considerá-la “realmente um homem”. Desse modo, demonstra-se que a identidade trans é invalidada ao entrar no domínio da intimidade, domínio este em que o “sexo moral” percebido subjuga a apresentação de gênero. Posto de outro modo, a verdade ficcional da nudez subjuga a apresentação de gênero (BETTCHER, 2025, p.93).

²¹ “[...] a state assumed to be natural and free from cultural intervention. On the contrary, I argue, nakedness is a sociomoral phenomenon. And in claiming this, to be clear, I don’t merely mean that a naked body can have different cultural mean-ings assigned to its nakedness. Rather, nakedness itself is a cultural- moral phenomenon. Without the concept of clothedness, there could be no concept of nakedness. Without the social phenomenon of being clothed, there could be no corresponding social phenomenon of being naked.”

²² double bind.

²³ Um argumento similar pode ser encontrado no prefácio escrito por Foucault aos Diários de Herculine Barbin (1983).

²⁴ playing along.



O impedimento no acesso de mulheres trans a espaços segregados, como vestiários, sob a alegação de proteção de mulheres cis, é outra manifestação do faz-de-conta. Bettcher argumenta que esta preocupação com a segurança oculta a ideia de que mulheres são naturalmente vulneráveis a homens (BETTCHER, 2025, p.103). Deste modo, preservando o sistema binário de “sexo moral”. Em contrapartida, ao permitir que homens trans utilizem espaços segregados para homens, ignorando suas genitálias, evidencia a função normativa e sexista desta prática.

Ao restringir relações entre mulheres trans e homens cis a uma esfera estritamente privada, mulheres trans são desconectadas da rede de legitimação social, confinando-as ao "faz-de-conta". Muitos homens cis se envolvem em sexo com mulheres trans em segredo, o que impossibilita a transição da esfera sexual para a esfera pública de um relacionamento. Deste modo, é negada a plena integração social de mulheres trans (BETTCHER, 2025, p.21).

Por meios destes três casos, Bettcher evidencia a insuficiência de abordagens restritas a categorias, termos e pronomes. Evidenciando a necessidade de uma análise dos sistemas subjacentes de espacialidade interpessoal que moldam a opressão trans. Assim, ao expor as falsas suposições e os abusos inerentes a esses sistemas, a autora torna possível trilhar um caminho em direção a novas formas de intimidade, que conseqüentemente, serão resistentes ao sistema dominante (BETTCHER, 2025, p.22).

A transição, nesta teoria, é entendida como um processo de integração em sistemas de espacialidade interpessoal, e não (ou não apenas), mudanças linguísticas e corporais. Posto de outro modo, a “atitude natural”, também referida como sistema de espacialidade interpessoal dominante ou mundo dominante, caracteriza a performance de gênero trans como um disfarce por meio da imposição de realidade. Para além dessa interpretação impedir seu reconhecimento genuíno, esse sistema também expõe esse grupo de objetos interpessoais à vulnerabilidades e à violências específicas, como por exemplo, a verificação genital, a recusa à intimidade sexual e a recusa ao acesso a espaços segregados por gênero (BETTCHER, 2025, p.20).

Bettcher (2025, p.22) propõe, contraintuitivamente, que esse estado de incompreensão em mundos dominantes proporciona um espaço de resistência. Isso se deve à incompreensão



proporcionar um estado liminar de abertura²⁵, que, por sua vez, permite o surgimento de uma nova forma de relação, denominada como infraintimidade²⁶. Esse estado consiste em uma liberdade decorrente da incapacidade do opressor de capturar a complexidade da experiência trans (BETTCHER, 2025, p.82). Como a autoidentificação pré-transição surge enquanto uma consciência de si como objeto para os outros, não como uma identidade interna isolada, esse encobrimento íntimo²⁷ representa um terreno fértil para a criação de novas formas de intimidade, na qual a agência e o autorreconhecimento podem florescer (BETTCHER, 2025, p.107).

A espacialidade interpessoal advoga um posicionamento filosófico de resistência advindo da experiência trans. Ao deparar-se com a incapacidade do mundo dominante e das demais teorias ontológico sociais de explicar a experiência trans, Bettcher, como muitas outras pessoas trans, encontra-se em um estado de “*WTF*”²⁸ existencial”. Tendo em vista esse problema de compreensão, Bettcher (2025, p. 163) visa iluminar a existência trans, ao desenvolver a caixa de ferramentas filosóficas exposta previamente.

Diferentemente da teoria apresentada acima, teorias de melhoramento conceitual, como, por exemplo, a teoria desenvolvida por Haslanger (2012), propõe a reforma de conceitos socialmente significativos visando explicitar e combater a opressão. Haslanger questiona o propósito de termos como “mulher” ou “raça”, advogando que eles deveriam ser fundados em propósitos legítimos, como a justiça social (HASLANGER, 2012, p.367). Para além de descrever o uso de tais termos, essa abordagem visa ressignificá-los de modo a desvelar suas bases construtivas, ao mesmo tempo em que oferece ferramentas de resistência à opressão. Haslanger (2012, p.383) defende que, embora nossas concepções comuns possam ser influenciadas por ideologias dominantes, a análise filosófica pode revelar a natureza social de tais concepções.

A principal diferença entre tais teorias encontra-se em seus objetivos. Haslanger (2012, p.379) propõe uma reformulação conceitual visando alterar o discurso dominante em direção

²⁵ blank open.

²⁶ infraintimate.

²⁷ intimate cover.

²⁸ what the fuck.



ao combate da opressão. Assim sendo, ao reconhecer a influência social e histórica na formação dos conceitos, Haslanger defende que “o mundo em si não pode nos dizer o que é gênero”, cabendo assim “perguntar (no sentido teórico e político) o que, se alguma coisa, queremos que ele seja” (HASLANGER, 2025, p.246)²⁹. Bettcher (2025), por outro lado, é cética quanto à viabilidade de mudança do “mundo dominante”. Sua teoria visa iluminar a existência trans fortalecendo sistemas de espacialidade interpessoal já existentes em submundos trans. Essa distinção evidencia dois modos diversos de abordar categorias sociais na ontologia social feminista: reformular categorias de mundos dominantes ou construir mundos de sentido independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bettcher (2025) estabelece como ponto de partida de sua filosofia trans a teoria decolonial de Lugones (2003, 2007). Essa teoria consiste em um pluralismo ontológico, que, por sua vez, consiste em uma compreensão de mundos de significados distintos, nos quais um mesmo sujeito vivência a si próprio e ao mundo de modo relativo.

Tendo esta ontologia como base, Bettcher (2025) propõe sua teoria de espacialidade interpessoal. Esta teoria consiste em uma abordagem descritiva dos mundos sociais focada nas relações de distância e proximidade vivenciadas por objetos interpessoais. Ao priorizar o aspecto relacional, Bettcher argumenta tornar possível uma compreensão adequada da opressão e *phoria* trans.

Ao relacionar a proposta teórica de Bettcher com a teoria de posição social de Haslanger (2012), é possível observar os diferentes comprometimentos de cada teoria. Enquanto Haslanger (2012) propõe um melhoramento conceitual visando alterar as relações de opressão baseadas em gênero em mundos dominantes, Bettcher (2025) adota uma posição cética quanto à possibilidade dessa mudança. Esse ceticismo, leva Bettcher a desenvolver uma proposta restrita a explicar a opressão e *phoria* trans em mundos dominantes enquanto

²⁹ “The world itself can’t tell us what gender is. [...] asking (both in the theoretical and political sense) what, if anything, we want them to be.”



práticas artificialmente impostas. Deste modo, a autora dá voz a práticas relacionais veiculadas pela comunidade trans, propiciando novas relações entre partes já predispostas à mudança.

REFERÊNCIAS

BETTCHER, Talia Mae. *Beyond Personhood: An Essay in Trans Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2025.

BETTCHER, Talia Mae. *When Tables Speak: On the Existence of Trans Philosophy*. Disponível em: <<https://dailynous.com/2018/05/30/tables-speak-existence-trans-philosophy-guest-talia-mae-bettcher/>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

JENKINS, Katharine. Amelioration and Inclusion: Gender Identity and the Concept of *Woman*. *Ethics*, v. 126, n. 2, p. 394–421, jan. 2016.

LUGONES, Maria. *Pilgrimages =: Peregrinajes: theorizing coalition against multiple oppressions*. Lanham, Md: Rowman & Littlefield, 2003.

LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial / Modern Gender System. *Hypatia*, v. 22, n. 1, p. 186–209, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. *Utopías, nuestra bandera: revista de debate político*, n. 188, p. 97–123, 2001.

CLÍMACO, Danilo Assis; QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder: antología esencial*. Primera edición ed. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

HASLANGER, Sally. *Resisting Reality: Social Construction and Social Critique*. [S.l.]: Oxford University Press, 2012.